



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

25/08/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Sindicato não deve pagar indenização por críticas a empresa durante greve

Ainda que admitida a possibilidade de danos morais às pessoas jurídicas, sua caracterização ocorre de forma distinta das pessoas físicas. Não é aceitável a ideia de dano moral *in re ipsa* em se tratando de ofendido de pessoa jurídica, sendo necessária a demonstração, no caso concreto, da ocorrência de prejuízo extrapatrimonial.

Com base nesse entendimento, 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou um pedido para que um sindicato de trabalhadores indenizasse a Bosch por supostas ofensas proferidas à empresa e seus dirigentes durante um movimento grevista. A decisão se deu por unanimidade.

Entre as declarações destacadas pela Bosch, estão "a gente quer discutir coisa com vocês que a Bosch não quer que vocês ouçam" e "o RH dessa empresa e mais alguns gestores, um bando de canalhas".

A ação foi julgada improcedente em primeira instância. O TJ-SP manteve a sentença, nos termos do voto do relator, desembargador Edson Luiz de Queiroz. Ele destacou que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral, mas somente sua honra objetiva é passível de lesão, ou seja, sua fama, conceito, nome e credibilidade, levando a um prejuízo patrimonial.

"No caso, apesar das palavras exaltadas, a requerente não comprovou que sofreu abalo à sua honra ou teve algum prejuízo. Pela mídia constata-se que no local sequer havia quantidade considerável de pessoas, e que os dizeres tenham chegado a um grande número de pessoas. Por conseguinte, entendo indevida a indenização por dano moral em favor da pessoa jurídica quando não restar comprovado que o apontamento do gravame de forma indevida afetou sua honra objetiva", diz o acórdão.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 25 de agosto.

Contrarreforma trabalhista cria empregos na Espanha e pode ser exemplo para Brasil

Na Espanha, o cenário não era muito diferente entre 2008 e 2012, quando reformas trabalhistas entraram em vigor por lá. Em 2008, o país sofreu com crise relacionada à quebra do banco Lehman Brothers, dos Estados Unidos. Em 2011, passou a ser governado por um presidente de um partido conservador –Mariano Rajoy, do Partido Popular–, que via na flexibilização das relações de trabalho uma forma de gerar emprego.

A criação de vagas na Espanha até cresceu pós-reforma, mas muitos postos de trabalho eram temporários.

Rajoy deixou o governo em 2018. Em seu lugar, assumiu Pedro Sánchez, do Partido Operário Espanhol, alinhado à esquerda. Segundo o advogado José Eymard Loguercio, pesquisador e presidente do Instituto Lavoro, ele agiu para dificultar as demissões durante a pandemia. Quando ela arrefeceu, já tinha capital político para propor a revogação de boa parte das regras que passaram a valer anos antes.

A contrarreforma veio no final de 2021. Loguercio explicou que ela criou regras para restringir a contratação de trabalhadores por prazo determinado e devolveu às negociações coletivas a importância que elas tinham.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 25 de agosto.

Inflação do IPCA-15 segue acima de 10%

A inflação acumulada pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) ainda está em dois dígitos, acima de 10%, em 4 das 11 capitais e regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No Brasil, a alta verificada em 12 meses desacelerou para 9,60% até agosto, informou nesta quarta-feira (24) o instituto. O índice acumulado estava acima de 10% havia 11 divulgações, desde setembro de 2021.

De acordo com o IBGE, São Paulo teve a segunda maior alta no período. O IPCA-15 subiu 10,39% até agosto na região metropolitana da capital paulista.

Vestuário (17,03%) e alimentação e bebidas (15,95%) também foram os grupos com os avanços mais intensos. O IPCA-15 acumulado estava em 11,57% até julho em São Paulo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de agosto.

Setor de saúde apresenta pesquisa com previsão de demissão de 83 mil pessoas após piso da enfermagem

Cinco entidades do setor hospitalar vão apresentar um levantamento que fizeram com 2.500 instituições de saúde sobre os impactos do novo piso da enfermagem. A pesquisa aponta que mais da metade delas planeja cortar o número de leitos.

Quase 80% fala em reduzir o corpo de enfermagem e 65%, em diminuir o quadro de colaboradores de outras áreas.

Pelas contas das entidades, serão fechados mais de 20 mil leitos e 83 mil postos de trabalho entre as instituições que responderam à pesquisa.

Os dados contribuem para apresentar ao governo o alerta do setor com a fonte de custeio, que tem sido um foco de pressão desde que a lei foi sancionada pelo presidente Bolsonaro no início deste mês.

Quase 60% também prevê cancelar investimentos, conforme o levantamento, realizado por CMB (Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas), CNSaúde (Confederação Nacional de Saúde), FBH (Federação Brasileira de Hospitais), Anahp (Associação Nacional de Hospitais Privados) e Abramed (Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica).

A folha de pagamento, que já é a maior despesa dos hospitais, pode ser onerada em 60%, de acordo com o porte da instituição, dizem os entrevistados.

O grupo que participou da pesquisa é formado majoritariamente por hospitais e serviços de diagnóstico. Clínicas especializadas, home care e instituições para idosos também participaram do levantamento. Cerca de 35% dos entrevistados não têm fins lucrativos, segundo os organizadores.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de agosto.

Brasileiro vai consumir 95 kg de carne em 2023, segundo a Conab

O consumo de carne pelo brasileiro deverá atingir 95,3 quilos per capita no próximo ano. O volume supera o deste ano, que foi de 92,6 kg, mas apenas retorna ao patamar de 2021.

A queda de renda no país provoca uma substituição das proteínas, com o consumidor indo em busca de produto mais acessível economicamente.

Em 2019, os brasileiros consumiam 33,9 quilos de carne bovina. O apetite chinês sobre o produto brasileiro fez o preço disparar, e a carne bovina perdeu competitividade no mercado interno, em relação às demais.

No próximo ano, mesmo com uma recuperação de 1,1% em relação à quantidade consumida neste ano, os consumidores vão comprar 25,9 kg por pessoa.

Já a carne suína vem obtendo uma preferência maior. O patamar de consumo interno dessa proteína aumentou 19% em seis anos, apesar do crescimento das exportações para a China.

Mesma tendência ocorre com a carne de frango. Nos últimos seis anos, o consumidor brasileiro elevou em 13% a compra anual dessa proteína.

Os dados são da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) que, pela primeira vez, incorporou as proteínas nas perspectivas de produção, consumo e exportações agropecuárias nas estatísticas anuais da empresa.

O cenário para o próximo ano é bastante desafiador para as proteínas, mas o setor de carne bovina, devido à continuidade da demanda externa, terá margens positivas.

Suinocultura e avicultura terão cenários ainda mais desafiadores e dependerão muito da supersafra de grãos esperada para o país. Os custos de produção se mantêm elevados nesses setores, e as margens podem ser negativas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de agosto.